



# SEMINÁRIO: TRIBUTAÇÃO DA INDÚSTRIA NA JURISPRUDÊNCIA DO CARF

## Participação nos Lucros e Resultados

Eduardo Behar

RUBENS NAVES SANTOS JR

a d v o g a d o s

# Legislação – base da PLR e a não incidência de contribuição previdenciária

PLR é direito constitucional do trabalhador desvinculado da remuneração  
**(Constituição Federal, artigo 7º, inciso XI)**

A contribuição previdenciária a cargo da empresa incide sobre a remuneração paga aos segurados empregados e contribuintes individuais destinada a retribuir o trabalho.

**(Art. 195, inciso I, Alínea “a” da CF e Lei 8.212/91, art. 22, inciso I e III)**

A PLR não integra a remuneração quando paga ou creditada de acordo com lei específica.

**(Lei 8.212/91, art. 22, parágrafo 2º)**

A PLR não compõe o salário-de-contribuição (do empregado e do contribuinte individual).

**(Lei 8.212/91, art. 28, parágrafo 9º, alínea “j”)**

O Decreto 3.048/99, art. 214, parágrafo 9º, inciso X, exclui do salário-de-contribuição a PLR pago ao empregado (mas não ao contribuinte individual).

# Legislação – requisitos legais da PLR

## (Lei 10.101/2000, artigos 2º, § 2º e artigo 3º, § 2º)

A PLR deve ser objeto de negociação entre a empresa e seus empregados por meio de i) **comissão paritária** escolhida pelas partes e integrada por representante do sindicato da respectiva categoria ou ii) **convenção ou acordo coletivo**.

Instrumentos de negociação devem conter **regras claras e objetivas** quanto à participação e também i) **mecanismos de aferição do acordado**; ii) periodicidade da distribuição; iii) período de vigência; e iv) prazos para revisão do acordo.

Critérios e condições que podem ser considerados, dentre outros:

I - índices de **produtividade**, qualidade ou **lucratividade** da empresa;

II - programas de **metas**, resultados e prazos, pactuados previamente.

A PLR i) não substitui nem complementa a remuneração devida ao empregado, ii) não constitui base de incidência de encargo trabalhista; iii) **não pode ser antecipado ou distribuído em mais de 2 vezes no mesmo ano e em periodicidade inferior a 1 trimestre civil\***

*\*na redação anterior à Lei 12.832/13 a periodicidade mínima era de 1 semestre*

# Principais discussões sobre a PLR

1. Momento do acordo
2. Regras claras e metas
3. Periodicidade de pagamento
4. Presença do sindicato na negociação
5. Territorialidade do sindicato
6. Beneficiário do pagamento

# **TEMA 1**

## **MOMENTO DO ACORDO**

## 1.a. MOMENTO DO ACORDO

- assinado após o início do período de aferição para cálculo da PLR (incidência da contribuição)

VOTO VENCEDOR:

“Do conjunto de regras acima estabelecidas, deduz-se que o cumprimento do §1º, do art. 2º, ou seja, **o estabelecimento de regras claras e objetivas**, bem como de mecanismos de aferição, e principalmente a fixação prévia de metas e resultados, **requer que o pacto ocorra antes do início do exercício a que se refere o acordo**, do contrário os empregados sequer saberão o quanto terão de se esforçar, e qual seria a compensação por esse esforço.

(...) no entender desta Conselheira, **não há como validar um pacto ou acordo, senão por meio da assinatura das partes, portanto não há que se falar em acordo válido, quando ele sequer foi assinado.**”

(ac. 9202-005370 da 2ª Turma da CSRF, j. 26/04/2017, Rel. Maria Helena Cardoso, **voto de qualidade**)

(no mesmo sentido ac. 9202-005254 da 2ª Turma da CSRF, j. em 28/03/2017, Rel. Maria Helena Cardoso, **votação por maioria**)

## 1.b. MOMENTO DO ACORDO

- assinado após o início do período de aferição para cálculo da PLR (incidência da contribuição)

EMENTA:

**“A ausência da estipulação entre as partes trabalhadora e patronal, de metas e objetivos previamente ao início do período aquisitivo do direito ao recebimento de participação nos lucros e resultados da empresa, caracteriza descumprimento da lei que rege a matéria. Decorre disso, a incidência de contribuição previdenciária sobre a verba.”**

(ac. 9202-007289 da 2ª Turma da CSRF, j. 23/10/2018, Rel. Rita Bacchieri, **voto de qualidade**)

(no mesmo sentido ac. 9202-007027 da 2ª Turma da CSRF, j. 20/06/2018, Rel. Rita Bacchieri, **voto de qualidade**)

## 1.c. MOMENTO DO ACORDO

- assinado após o início do período de aferição para cálculo da PLR (incidência de contribuição)

EMENTA:

***“As regras para percepção da PLR devem constituir-se em incentivo à produtividade, devendo assim ser estabelecidas previamente ao período de aferição. Regras e/ou metas estabelecidas no decorrer do período de aferição não estimulam esforço adicional.”***

(ac. 9202-006961 da 2ª Turma da CSRF, j. 20/06/2018, Rel. Rita Bacchieri, votação por maioria)



## VOTO VENCIDO - possibilidade de assinatura do plano até a data do pagamento da PLR (se houve debate prévio e conhecimento das regras)

***“Para a Fazenda Nacional vige o entendimento de que a data de assinatura do acordo – posterior ao início do período de apuração do PLR – retira da verba uma característica essencial à recompensa pelo esforço feito para alcance de metas. (...)***

***Exigir algo que a Lei não exigiu consiste em criar regras mais gravosas que aquelas que foram elaboradas pelo Congresso, fugindo assim do real objetivo da norma legal.** Hoje não se fala mais no positivismo exacerbado, mas a norma ainda é a matriz, o ponto de partida de onde se retira o Direito.*

***Sendo assim, a meu ver a PLR pode ser assinada até a data do efetivo pagamento realizado aos trabalhadores, pois a Lei não impôs limite temporal para a celebração dos acordos (...)***

***Observe-se, que para saber se há conhecimento das regras, se estas são claras e objetivas, basta que se observe as negociações entre a empresa e seus empregados, as quais serão realizadas, ou por comissões paritárias, com participação de empregados e sindicato, ou ainda, por meio de convenções ou acordos coletivos, dentro das formalidades já conhecidas. Quando se chega a assinatura do acordo, este já foi deveras vezes debatido e negociado pelas partes, todos capazes, assim definidos pela Lei.”***

# **TEMA 2**

## **REGRAS CLARAS E METAS**

## 2.a. REGRAS CLARAS E METAS

- ausência de estipulação de metas (incidência da contribuição)

EMENTA:

*“PLR. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS. NECESSIDADE DE REGRAS CLARAS. AUSÊNCIA DE FIXAÇÃO PRÉVIA DE CRITÉRIOS PARA RECEBIMENTO DO BENEFÍCIO. DESCONFORMIDADE COM A LEI REGULAMENTADORA. INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO.*

***A ausência da estipulação**, entre patrões e empregados, **de metas e objetivos**, bem como a ausência de formalização do acordo previamente ao início do período aquisitivo do direito ao recebimento de participação nos lucros e resultados da empresa, **caracteriza descumprimento da lei que rege a matéria**. Decorre disso a incidência de contribuição previdenciária sobre tal verba.”*

(ac. 9202-007027 da 2ª Turma da CSRF, j. em 20/06/2018, Redatora designada Elaine Cristina Vieira, **voto de qualidade**)

## 2.a. REGRAS CLARAS E METAS

- plano de metas de outra empresa do grupo econômico (incidência da contribuição)

VOTO VENCEDOR:

*“Embora a (empresa A) compõe o mesmo grupo econômico da (empresa B), tal documento não pode ser aceito como plano de metas desta, tendo em vista que as empresas têm personalidade jurídica distintas, com objetivos sociais diferentes, portanto, cada uma delas devem possuir plano de metas separados;”*

## 2.a. REGRAS CLARAS E METAS

- acordo coletivo de trabalho com participação mínima garantida na PLR (verdadeira gratificação e desvinculação de performance – incidência de contribuição)

VOTO VENCEDOR:

*“Os Acordos Coletivos de Trabalho (...) prevêm uma “garantia de participação mínima”, que representa uma quantia certa a ser recebida pelos empregados, independentemente de qualquer meta ou resultado, configurando-se verdadeira gratificação ajustada, sem nenhum caráter de “participação nos lucros ou resultados”. (...)*

*Ao descrever um montante sem definição de qualquer meta ou resultado a que se alcance, nada mais se faz, senão dar uma gratificação a todos os empregados de forma igualitária, independente do quanto o engajamento de cada um influenciou no resultado.*”

## 2.b. REGRAS CLARAS E METAS

- meta baseada apenas na frequência do empregado  
(desvinculada da performance do empregado)

EMENTA:

*“A parte da PLR paga em valor fixo, bem como a parte variável paga de acordo com a frequência do empregado, peremptoriamente, não atendem às disposições contidas na Lei n.º 10.101/2001, pois não atingem a finalidade da norma que é servir como instrumento de integração entre o capital e o trabalho e como incentivo à produtividade.”*

VOTO:

*“(…) a questão referida atinente à frequência do empregado é decorrência lógica do cumprimento do contrato de trabalho, razão pela qual, da maneira como foi utilizada, não atende aos requisitos legais.”*

(ac. 9202-007477 da 2ª Turma da CSRF, j. 29/01/2019, Rel. Ana Cecília Lustosa da Cruz, **por unanimidade/pelas conclusões**)

## 2.c. REGRAS CLARAS E METAS

- ausência de meta (PLR linear e proporcional ao salário base - gratificação - incidência de contribuição)

VOTO:

*“(...) os acordos prevêm a distribuição de verbas préfixadas, sendo uma parte distribuída de forma linear e outra proporcional ao salário base de cada empregado, além de outra verba extraordinária, esta também de forma proporcional aos salários base dos empregados, às vezes estipuladas em quantidade de salários conforme ocorreu com o pactuado no último acordo, independente de qualquer meta, configurando-se verdadeira gratificação ajustada, sem nenhum caráter de "participação nos resultados"”.*

(ac. 9202-005560 da 2ª Turma da CSRF, j. 28/06/2017, Rel. Maria Helena Cardozo, **votação por maioria**)

## 2.d. REGRAS CLARAS E METAS

- competência do Fisco para desqualificar as regras do Acordo Coletivo

VOTO VENCEDOR:

*“É nesse ponto, que autorizado está o auditor ao identificar pagamentos outros, dos mais diversos títulos, como no caso do PLR, intimar o contribuinte a apresentar os fundamentos para o referido pagamento. Ao deparar-se com esses instrumentos e considerando as alegações da empresa para o pagamento em questão, verificar se aquele pagamento é ou não fator gerador de contribuições previdenciárias. Não se trata, portanto de desconsiderar um acordo firmado, ou interferir nas tratativas ali acordadas, MAS TÃO SOMENTE, IDENTIFICAR SE O PLANO ATENDE AS EXIGÊNCIAS LEGAIS QUANTO AO PAGAMENTO DESVINCULADO DO SALÁRIO.*

*Falando mais objetivamente, no caso de pagamento de PLR, competete ao auditor verificar a norma que autoriza o pagamento, e se a mesma encontra-se em conformidade (dentro dos limites) para que os pagamentos sob elas consubstanciados estarão excluídos do conceito de salário de contribuição, ou seja, cumprem a função prevista no próprio texto constitucional.*”

(acórdão 9202-006975 da 2ª Turma da CSRF, julgado em 20/06/2018, Redatora designada Elaine Cristina Vieira, **por voto de qualidade**)



## 2.d. REGRAS CLARAS E METAS

- incompetência do Fisco para desqualificar as regras do Acordo Coletivo

VOTO VENCIDO:

*“Partindo-se dessa premissa, não caberia à Administração Pública na figura do fiscal desqualificar as regras de participação nos lucros eleitas pela empresa em comum acordo com a comissão de empregados e retificada pelo sindicato. O juízo de valor acerca do que seriam regras claras e objetivas fica restrito ao entendimento das partes interessadas, pensamento diverso levaria a uma interpretação extremamente subjetiva da fiscalização acarretando insegurança jurídica.”*

# **TEMA 3**

## **PERIODICIDADE DO PAGAMENTO**

### 3.a. PERIODICIDADE DE PAGAMENTO

- mais de 2 parcelas por ano e com periodicidade inferior a 1 semestre\* – incidência da contribuição sobre todos os pagamentos a título de PLR

EMENTA:

***“PLR. PERIODICIDADE SEMESTRAL. VEDAÇÃO DE PAGAMENTO EM MAIS DE DUAS PARCELAS. REQUISITOS DA LEI Nº 10.101/2000. INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO SOBRE A TOTALIDADE DAS PARCELAS.”***

*É vedado o pagamento de PLR em periodicidade inferior a um semestre civil, ou mais de duas vezes no mesmo ano civil, sendo que os dois requisitos são cumulativos. O pagamento fora dos limites temporais dá natureza de complementação salarial à totalidade das verbas pagas a título de participação nos lucros ou resultados.”*

(acórdão 9202-007012 da 2ª Turma da CSRF, julgado em 20/06/2018, Redatora designada Elaine Cristina Vieira, **voto de qualidade**)

***\* Atual redação do parágrafo 2º do art. 3º prevê periodicidade mínima de 1 trimestre***

### 3.b. PERIODICIDADE DE PAGAMENTO

- mais de 2 parcelas por ano e com periodicidade inferior a 1 semestre\* – incidência da contribuição sobre todos os pagamentos a título de PLR

EMENTA:

*“PLR. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS. PERIODICIDADE.*

*Excedido o quantitativo legal de pagamentos, **todos os valores recebidos a título de PLR** passam a integrar o salário de contribuição.”*

VOTO:

*“Ressalte-se que **não há que se falar na inclusão**, na base de cálculo, **de apenas as parcelas excedentes**, uma vez que não se trata simplesmente da extrapolação de um limite e sim da própria **desnaturação da verba**.”*

(ac. 9202-005384 da 2ª Turma da CSRF, j. em 26/04/2017, Rel. Maria Helena Cardoso, **voto de qualidade**)

*\* Atual redação do parágrafo 2º do art. 3º prevê periodicidade mínima de 1 trimestre*

### 3.b. PERIODICIDADE DE PAGAMENTO

- mais de 2 parcelas por ano e com periodicidade inferior a 1 semestre\* – incidência da contribuição sobre os pagamentos a título de PLR que violem regra

DECLARAÇÃO DE VOTO (VENCIDO):

*“Com relação à questão da periodicidade do pagamento, entendo que apenas os pagamentos específicos que ultrapassagem o interstício temporal determinado em lei é que deveriam ser considerados como base de cálculo da contribuição previdenciária, nos termos exarados pelo voto da Turma Ordinária, ora recorrido.*

*Entendo que esta interpretação é a que melhor atende aos objetivos da Lei nº 10.101, de 2000, e foi utilizada em diversos precedentes do CARF no ano de 2014.”*

# **TEMA 4**

## **PRESENÇA DO SINDICATO NAS NEGOCIAÇÕES**

## 4. PRESENÇA DO SINDICATO NAS NEGOCIAÇÕES

- ato indispensável à não incidência

*VOTO VENCEDOR:*

*“(...) o Sindicato, em que pese formalmente convocado pela empresa, negou-se a participar das negociações levadas a efeito por meio das comissões constituídas para tal fim. (...)”*

*É que a Lei nº 10.101/2000 exige a participação efetiva dos sindicatos na mesa de negociações. Eventual recusa da entidade em participar das tratativas a respeito da PLR não tem o condão de excluir a exigência legalmente estatuída uma vez que há norma voltada para a resolução de situações dessa natureza. (...)”*

(ac. 9202-007364 da 2ª Turma da CSRF, j. 28/11/2018, Redator designado Mário Pereira Filho, **voto de qualidade**)

## 4. PRESENÇA DO SINDICATO NAS NEGOCIAÇÕES

- ato dispensável (acordo de PLR é ato de natureza contratual)

*VOTO VENCIDO:*

*“É necessário destacar que as regras do art. 616 somente se aplicam aos casos de acordos e convenções de trabalho e, assim se faz, pelo fato das mesmas assumirem caráter normativo e envolverem direitos sensíveis aos trabalhadores, condição que não está presente nos acordos de **PLR firmados pelas empresas e seus empregados por meio da comissões paritárias**. Como exposto acima, nos dizeres do Superior Tribunal de Justiça, **tais planos assumem o caráter contratual** e a presença do sindicato tem como finalidade assegurar a igualdade de condições entre empresa e empregados, **sua participação não se dá como parte**. (...)*

*(...) **a participação da entidade sindical na comissão paritária (...) pode ser mitigada nos casos em que não restar comprovado prejuízo ou violação ao objetivo primordial da PLR de integração entre o capital e trabalho.**”*



# **TEMA 5**

## **TERRITORIALIDADE DO SINDICATO**

## 5. TERRITORIALIDADE DO SINDICATO

- invalidade de acordo firmado com participação de sindicato de outra base territorial (matriz)

VOTO VENCEDOR:

*“Vale dizer, a cada sindicato é definida formalmente uma base territorial, a qual delimita o alcance de sua representação. Se é assim, a participação sindical no acordo para pagamento da PLR deve ser, necessariamente e apenas, do sindicato que tenha competência territorial para representar os respectivos trabalhadores, em harmonia com o art. 8º, inciso II da CF e com o art. 520 da CLT. Isto é, não cabe ao empregador escolher o sindicato com o qual celebrará o acordo. (...)*

***Portanto, a participação de sindicato de base territorial distinta não supre a exigência legal, pela simples razão de que esse sindicato não é aquele que representa os trabalhadores dessa base sindical. Travar a negociação com sindicato de base territorial diversa é o mesmo que não se ter a participação de sindicato na negociação.** Nos dois casos descumpre-se da mesma forma o requisito formalmente estabelecido na legislação.”*

(ac. 9202-007292 da 2ª Turma da CSRF, j. 23/10/2018, Redator designado Pedro Paulo Pereira Barbosa, **voto de qualidade**)

## 5. TERRITORIALIDADE DO SINDICATO

- validade de acordo firmado com participação de sindicato de outra base territorial (matriz)

VOTO VENCIDO:

**“O contribuinte dentro da sua liberalidade optou por estender aos seus escritórios regionais os mesmos direitos previstos nos acordos firmados pelo sindicato da base territorial da empresa matriz. (...)”**

**Temos então um pagamento que atendeu a finalidade essencial do instituto da participação dos lucros e resultados nos termos em que previsto na Constituição Federal, devendo ser citado inclusive que, em regra, o sindicato da base territorial da matriz da empresa ou do local onde se realiza o processo produtivo são sindicatos com mais representatividade do que aqueles que porventura representariam os escritórios regionais.”**

# **TEMA 6**

## **BENEFICIÁRIOS DA PLR**

## 6.a. BENEFICIÁRIOS

- somente empregados (incide contribuição sobre pagamentos a administradores não empregados)

EMENTA:

**“Os valores pagos aos administradores (diretores não empregados) à título de participação nos lucros sujeitam-se a incidência de contribuições previdenciárias, por não haver norma específica que, disciplinando art. 28, § 9º, "j" da lei 8212/91, preveja a sua exclusão do salário de contribuição. (...)**

**A verba paga aos diretores/administradores não empregados possui natureza remuneratória. A Lei nº 6.404/1976 não regula a participação nos lucros e resultados, nem tampouco a exclusão do conceito de salário de contribuição. A verba paga não remunerou o capital investido na sociedade, logo remunerou efetivamente o trabalho executado pelos diretores.”**

(Ac. 9202-007027 da 2ª Turma da CSRF, j. 20/06/2018, Rel. Rita Bacchieri, voto de qualidade)

## 6.b. BENEFICIÁRIOS

- somente empregados (incide contribuição sobre pagamentos a administradores não empregados)

EMENTA:

*“Tratando-se de valores pagos aos **diretores não empregados**, não há que se falar em exclusão da base de cálculo pela aplicação da **Lei 10.101/2000**, posto que nos termos do art. 2º da referida lei, essa **só é aplicável aos empregados**. **A verba paga aos diretores não empregados possui natureza remuneratória.**”*

*A Lei n 6.404/1976 não regula a participação nos lucros e resultados para efeitos de exclusão do conceito de salário de contribuição, posto que não **remunerou** o capital investido na sociedade, mas, sim, **o trabalho executado pelos diretores**, compondo dessa forma, o conceito previsto no art. 28, II da lei 8212/91. A regra constitucional do art. 7º, XI possui eficácia limitada, dependendo de lei regulamentadora para produzir a plenitude de seus efeitos, pois ela não foi revestida de todos os elementos necessários à sua executoriedade”*

(Ac. 9202-005705 da 2ª Turma da CSRF, j. 29/08/2017, Redator designado Heitor de Souza Lima Junior, **voto de qualidade**)

## 6.b. BENEFICIÁRIOS

- administradores não empregados – não incide  
contribuição previdenciária

VOTO VENCIDO:

*“Partindo da premissa que **a contribuição previdenciária é devida tão somente sobre as parcelas recebidas a título de remuneração pelo trabalho,** são incabíveis as alegações da Fazenda Nacional de que as parcelas advindas de Participação nos Lucros e Resultados – PLR, devam sofrer tal incidência. Isso por que a PLR tem relação intrínseca com remuneração do capital – lucro. (...)”*

*Assim, “ao contrário do imposto sobre a renda, **a incidência previdenciária é circunscrita aos rendimentos do trabalho,** unicamente. (...)”*

## 6.c. BENEFICIÁRIOS

- administradores empregados – não incide  
contribuição previdenciária

**Solução COSIT n. 16/2018**

*CONTRIBUINTE INDIVIDUAL. O **diretor estatutário**, que participe ou não do risco econômico do empreendimento, eleito por assembleia geral de acionistas para o cargo de direção de sociedade anônima, **que não mantenha as características inerentes à relação de emprego**, é segurado obrigatório da previdência social na qualidade de contribuinte individual, e a sua participação nos lucros e resultados da empresa de que trata a Lei nº 10.101, de 2000, **integra o salário-de-contribuição, para fins de recolhimento das contribuições previdenciárias.***

***SEGURADO EMPREGADO.** O **diretor estatutário**, que participe ou não do risco econômico do empreendimento, eleito por assembleia geral de acionistas para cargo de direção de sociedade anônima, **que mantenha as características inerentes à relação de emprego**, é segurado obrigatório da previdência social na qualidade de empregado, e a sua participação nos lucros e resultados da empresa de que trata a Lei nº 10.101, de 2000, **não integra o salário-de-contribuição, para fins de recolhimento das contribuições previdenciárias.***



# Relatório de julgamento pelo CARF/2016

## 4.2.5. Contribuições Previdenciárias - **Participação nos Lucros ou Resultados (PLR)**

*Foram proferidas 5 (cinco) decisões pela 2ª Turma da CSRF relativas ao tema, discutindo especificamente o **pagamento de PLR a diretores estatutários não empregados, a necessidade de assinatura do acordo antes do início do período de apuração dos lucros ou resultados e a proibição de pagamento da verba em periodicidade inferior a seis meses**. Em todas as decisões a Fazenda Nacional obteve êxito. Em relação ao pagamento de PLR a diretores estatutários não empregados, o entendimento predominante na 2ª Turma da CSRF, em sua composição anterior, era o mesmo da composição atual daquele colegiado. Quanto à **anterioridade do acordo de PLR, a decisão da 2ª Turma da CSRF, em sua composição anterior, oscilava, com entendimentos favoráveis e desfavoráveis à Fazenda Nacional.** (...)*

*Em conclusão, verifica-se que, como tendência geral, as Turmas Ordinárias proferiram decisões mais favoráveis ao contribuinte do que a 2ª Turma da CSRF; entretanto esta turma da Câmara Superior não inovou com relação a seu entendimento na composição anterior.*

<http://idg.carf.fazenda.gov.br/noticias/2017/relatorio-julgamento-2016-v3.pdf>

## Conclusão para não incidência de contribuições previdenciárias sobre a PLR (conforme posição CARF):

1. Efetuar e assinar acordo de PLR antes do início do período de aferição das metas. Registrar as reuniões e negociação
2. Definir, pelo menos, regras e metas que considerem a produtividade individual do empregado e a lucratividade da empresa
3. Pagar a PLR em no máximo 2 parcelas anuais, com periodicidade mínima trimestral entre elas
4. Ter a presença do sindicato na negociação e assinatura do acordo
5. Observar a competência territorial do sindicato nas negociações
6. Pagamento de PLR a empregados apenas



# SEMINÁRIO: TRIBUTAÇÃO DA INDÚSTRIA NA JURISPRUDÊNCIA DO CARF

Eduardo Behar

[egb@rnaves.com.br](mailto:egb@rnaves.com.br)

RUBENS NAVES SANTOS JR  
a d v o g a d o s